

A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E O SURGIMENTO DA PROFISSÃO SECRETÁRIA

Caroline de Fátima Matiello Vaz^{*}

Rosane Terezinha Laimer^{**}

Resumo: Este trabalho consiste em relatar a história da inserção da mulher no âmbito empresarial, abordando a origem da profissão secretária. Apresenta-se a luta da mulher na busca de um espaço na área empresarial, fato que originou uma grande caminhada e derrubada de muitos preconceitos gerados pela sociedade. Analisa-se ainda o surgimento da profissão secretária, uma das primeiras atividades exercidas pela mulher e que atualmente ocupa lugar privilegiado nas organizações.

Palavras-chave: Mulher. Preconceito. Secretária

THE INTEGRATION OF WOMEN IN THE WORKPLACE AND THE EMERGENCE OF THE SECRETARY PROFESSION

Abstract: This work tells the story of women entering the business scope, addressing the origin of the secretary profession. It shows the struggles of women in search of a place in the business, fact that caused a great walk and overthrow of many prejudices created by society. It also examines the emergence of the secretary profession, one of the first activities undertaken by woman who currently occupies a privileged place in organizations.

Keywords: Woman. Prejudice. Secretary

Introdução

A luta da mulher na busca de um espaço no ambiente empresarial foi muito grande e marcada por uma série de acontecimentos que mudaram as concepções da sociedade e derrubaram alguns preconceitos.

^{*}Bacharel em Secretariado Executivo Bilíngue pela Universidade de Passo Fundo e aluna do curso de Especialização em Assessoria Executiva da UPF. E-mail: carol_matiello@hotmail.com

^{**}Professora do curso de Secretariado Executivo Bilíngue da Universidade de Passo Fundo e Especialista em Gestão Secretarial. E-mail: rtlaimer@terra.com.br

A prisão doméstica em que vivia a mulher desde seu nascimento, afugentou seus sonhos, desejos e aspirações, tornando-a escrava do lar, do marido e da própria vida.

O pensamento machista e a própria cultura que dominavam a Idade Média, impediram que as mulheres mostrassem seu valor e habilidades, despertando em algumas a vontade de ir além, buscar seus direitos e poder ajudar no sustento da casa. E foram estas mulheres que se uniram as demais e saíram à luta.

No início tiveram muitas dificuldades e foram desprezadas por suas atitudes, mas ao longo da incansável busca por um espaço no mercado de trabalho conseguiram obter algumas conquistas.

Através dessas conquistas começaram a ocupar cargos como professoras, enfermeiras e secretárias. Nesta última, elas só tiveram espaço quando os homens foram para as frentes de guerra, nos anos 1914-1918 e 1939-1945, e assim, por falta de mão-de-obra, as mulheres ocuparam este espaço.

Dessa forma, este trabalho apresenta a saga da mulher na busca da inserção no mercado de trabalho e as conquistas do feminismo, que foi um dos maiores movimentos em prol da mulher. Além disso, aborda ainda a história da profissão secretária, uma das primeiras funções exercidas pela mulher e que teve origem no tempo dos faraós.

1. A inserção da mulher no âmbito profissional

Desde os primórdios da civilização até os dias atuais, a mulher sofre com a discriminação e impossibilidade de atuar no cenário profissional. A posteridade registrou fatos impressionantes que oprimiram a mulher durante muitos anos e afugentaram seus sonhos e aspirações, oferecendo-lhe um espaço restrito e limitado a prática doméstica. Partindo do princípio da humanidade, mais precisamente no terceiro milênio antes de Cristo, Carmo (2001, p.110) descreve Lilith, a primeira mulher de Adão:

A aceção de Lilith, inserida na cultura hebraica, originou-se da divergência entre as duas narrativas sobre a criação da mulher, inseridas no texto do

Antigo Testamento. No primeiro relato bíblico (Gênesis, 1:27), Deus criou Adão, ou *Adamah* – palavra hebraica feminina que designa terra ou chão -, um ser andrógino, tanto homem como mulher. Já no segundo (Gênesis 2:22), a mulher foi criada como um “adjutório” ao varão, sendo formada de uma costela de Adão, enquanto ele estava dormindo.

Nessa narrativa percebemos que desde a criação do mundo a idéia de submissão da mulher para com o homem é muito visível. Se ela fora criada através de uma costela do homem, ela será sujeita a ele para sempre. Era exatamente isso que se pensava nos primórdios de nossa civilização.

Mas com o passar dos tempos a visão da humanidade com relação à mulher não mudava muito. A cada ano, século e milênio o preconceito vinha tomando espaço e fazendo parte do cotidiano. Para Cardoso (1980, p.41) a Igreja colocou a mulher em situação de desvantagem social e de discriminação. A religião sempre defendia a tese da existência de diferenças inatas entre os dois sexos, diferenças essas que deixavam a mulher sempre em situação de inferioridade com relação ao homem.

A cada dia esse preconceito tomava passos maiores e a mulher era cada vez mais dominada pelo homem. Toledo et al. (1985, p.9) abordam a dominação do homem sobre a mulher da seguinte forma:

Vivemos em uma sociedade de estrutura patriarcal, que consciente ou inconscientemente tem sido concebida à imagem da família burguesa- o homem como provedor e a mulher devendo permanecer em casa atendendo aos afazeres domésticos e cuidando das crianças. [...]. A mulher permanece à margem destes processos esperando que o homem se ocupe de sua sobrevivência e da prole.

Nesse sentido, a mulher realizava apenas os trabalhos domésticos como lavar, cozinhar, arrumar a casa, gerar e cuidar dos filhos. Eram essas as suas atribuições como mãe, mulher e dona de casa, deixando o sustento da família nas mãos do marido, que por ser mais forte deveria trabalhar e prover a sobrevivência de seus dependentes. Conforme explica Macedo (1990, p.9), na Idade Média, entre os séculos V e XV, a mulher era governada pelos homens, sendo eles, o seu próprio pai, esposo ou até mesmo o sogro, e seu limite era a casa.

Muraro (2002, p.100-101) destaca que as mulheres ficavam sob a guarda dos pais, passando virgens para a guarda dos maridos. Elas não herdavam diretamente, sendo que as terras conquistadas eram entregues aos mais valentes guerreiros. Também

nessa época era comum o infanticídio de meninas, tornando as mulheres escassas, restando aos homens pagar altos preços pelas noivas.

Se analisarmos a história da mulher no Rio Grande do Sul, percebemos o domínio masculino que habitava o Estado. Segundo Paixão (1995, p.23-28) o papel do homem como protetor e provedor familiar, evidenciou-se a partir dos povos primitivos. As mulheres indígenas exerciam trabalhos domésticos com imensos sacrifícios, nunca decidiam nada e eram obrigadas, em tempos de guerra, a amasiar-se aos guerreiros. Já a mulher negra era um objeto de compra e venda. Os preços pagos por elas eram tão baixos, que valiam menos do que um animal. Eram conhecidas como escravas e as que possuíam boa saúde e estivessem amamentando eram levadas para amamentar as crianças das patroas. Por sua vez, a mulher imigrante mostrou-se forte. Chegou ao Brasil com o esposo e os filhos menores, pois os mais velhos eram obrigados a guerra e mesmo assim, não se omitiu, sua coragem e determinação ajudaram a superar os problemas.

As imigrantes ajudavam os maridos no trabalho da roça, plantando e colhendo para garantir sua sobrevivência e, além disso, cuidavam da casa, dos filhos e dos maridos. Podemos dizer que as imigrantes deram um primeiro passo na ascensão da mulher, porém, ainda muito discretamente.

Muito se discute sobre a origem histórica da discriminação da mulher, mas o que se constata é que ela era submissa ao homem em todos os sentidos: domésticos, de lazer e sexuais. Elas não podiam sair de casa, e se assim fizessem, eram mal interpretadas, sofriam discriminação e repúdio por parte da sociedade. O trabalho fora de casa era exclusivamente para os homens, que eram os chefes da família.

De certa forma, Toledo et al. (1985, p.11) destacam essa desigualdade de funções entre homem e mulher como uma questão familiar, ou seja, desde pequenos os filhos já recebem a lição de que o pai é o responsável por trabalhar e resolver os problemas fora de casa.

Os filhos eram educados sob essa ótica, as meninas ajudavam a mãe no trabalho da casa e os meninos aprendiam com o pai sobre o trabalho que cabia ao homem realizar.

A discriminação por sexo, portanto, inicia na família, mas se formaliza na escola. Toledo et al. (1985, p.17) ressaltam que é na escola que a diferenciação entre os

sexos ocorre, pois, a professora dita exatamente as regras aprendidas em sua infância, tais normas que dividirão meninos e meninas. Além disso, muitos livros didáticos trazem a figura da mulher-mãe, aquela que cria os filhos e cuida da casa.

Assim, as próprias professoras, uma das primeiras funções exercidas pela mulher, concordavam e repassavam aos alunos a ideia de submissão da mulher, ou seja, reafirmavam ainda mais a dominação masculina.

Para Pinto (2003, p.13), além dos limites da casa, a mulher só tinha acesso à vida religiosa, ou à bruxaria, fato que intrigou a população na época em que muitas mulheres morreram queimadas em praça pública, acusadas de serem bruxas, pois receitavam remédios caseiros, entre outros.

Muraro (2002, p.109) relata que a partir do século XIII as mulheres médicas e curandeiras foram proibidas de seguir os trabalhos e com isso foram sumindo, conforme explica:

A perseguição as cirurgiãs e curadoras tradicionais ia aumentando à medida que ia se solidificando o poder médico. Ao menos centenas de milhares de mulheres morreram em quatro séculos. Muitos crêem que este número atinja a casa dos milhões. Hoje os historiadores e principalmente as historiadoras se aplicam em resgatar a memória das bruxas. Sua destruição foi um dos maiores genocídios da humanidade.

Até hoje o mundo lembra este fato tão cruel que demonstrou o preconceito contra as mulheres, supervalorizando o trabalho masculino. Essas mulheres curandeiras receitavam chás medicinais, benzeduras e práticas de oração por doentes, que muitas vezes curavam-se por sua própria fé, acreditando no trabalho dessas curandeiras. Assim, restavam a elas somente a vida religiosa, frequentando a igreja e seguindo o que os sacerdotes pregavam.

Nesse longo processo em busca da conquista por um espaço no âmbito profissional, além do preconceito e das imposições, a mulher sofrera também com a violência. Werner (1992, p.82) relata a triste história de Maria Regina, uma mulher que morreu após ser alvejada com seis tiros pelo próprio marido. Eduardo Souza Rocha não aceitou que sua esposa estudasse e trabalhasse, então no dia 11 de agosto de 1980 tirou-lhe a vida, alegando estar agindo em legítima defesa.

Casos como esses ocorreram por diversas vezes e ainda existem, porém, em menor número, pois a partir de 22 de setembro de 2006, entrou em vigor a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, a qual prevê maior rigor nas punições para agressões contra mulheres, ocorridas no ambiente familiar ou doméstico.

Os casos de violência contra a mulher ocorrem em sua maioria no ambiente doméstico. A mulher é violentada pelo marido e até pelos filhos, como percebemos através de jornais e meios de comunicação que relatam fatos como esse. A lei contribuiu muito para a diminuição desses casos, porém, ainda existem mulheres que por medo não denunciam seus violentadores.

Assim, aos poucos a mulher percebia que seu principal objetivo de vida era o marido, conforme as imposições da estrutura familiar, vindas da própria criação. Dessa forma, ela foi tentando encontrar lacunas que a pudessem libertar dessa masmorra, travando lutas e unindo-se às demais para se equiparar com o homem.

1.2 O feminismo e o mercado de trabalho

A mulher teve uma longa peregrinação na busca de um espaço na sociedade, especialmente no âmbito empresarial. Ela derrubou preconceitos, criou sua própria rotina de vida e pode começar a trabalhar fora do limite doméstico. Mas não poderíamos falar de sua história sem abordar as grandes conquistas que elas tiveram ao longo dessa caminhada. Um dos principais movimentos em torno da conquista das mulheres foi o Feminismo, iniciado com a Revolução Francesa na Europa. Pinto (2003, p.22-28) conta o início do movimento feminista no Brasil, liderado por Bertha Lutz, que reivindicava o direito ao voto pelas mulheres, o qual foi conquistado em 1932, através do novo Código Eleitoral, que possibilitou a mulher o direito de votar e ser votada.

Evangelista (2003, p.1) nos coloca o seguinte sobre o feminismo no Brasil:

Ao levantar bandeiras como o direito ao voto e a eleição, a igualdade de salários perante os homens e à proteção contra os abusos no ambiente de trabalho (como assédio sexual), o movimento feminista tem contribuído sistematicamente para tornar o Brasil um país mais democrático, superando sua origem autoritária e oligárquica.

A partir desses movimentos feministas que se disseminaram por todo o país, a mulher foi passando por grandes mudanças. Nesse sentido, podemos afirmar que as três grandes revoluções da mulher foram: a chegada dos métodos contraceptivos; sua entrada na Universidade ou até mesmo na escola e seu engajamento no mercado de trabalho. Tais conquistas deram muito trabalho às mulheres, que lutaram durante anos para conseguirem garantir alguns direitos.

A chegada dos métodos contraceptivos ocorreu a partir da década de 60 e possibilitou às mulheres o controle do número de filhos e o planejamento do ambiente familiar. Já sua entrada nas Universidades foi um grande salto, pois ali mostraram suas inúmeras habilidades e puderam relatar e escrever para a posteridade sua própria história.

O engajamento no mercado de trabalho, sem dúvida, foi o maior avanço do feminismo. Sobre os primeiros registros da entrada da mulher no mercado de trabalho, Falcão (2001) assim registra:

Isso começou a acontecer de fato com a I e II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Mas a guerra acabou. E com ela a vida de muitos homens que lutaram pelo país. Alguns dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos.

Na verdade, esse acontecimento foi um dos muitos que levaram a mulher a inserir-se na atividade profissional. Após esse período a mulher começava a introduzir-se no mercado de trabalho, conforme relata Probst (2005):

No século XIX, com a consolidação do sistema capitalista inúmeras mudanças ocorreram na produção e na organização do trabalho feminino. Com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas. Desde então, algumas leis passaram a beneficiar as mulheres. Ficou estabelecido na

constituição de 32 que “sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; [...] Mesmo com essa conquista, algumas formas de exploração perduraram durante muito tempo. Jornadas entre 14 e 18 horas e diferenças salariais acentuadas eram comuns. A justificativa desse fato estava centrada no fato de o homem trabalhar e sustentar a mulher.

Apesar de trabalharem longas horas diárias, as mulheres não recebiam equivalente aos homens, pois na realidade elas eram sustentadas por eles e, portanto não necessitavam ganhar como eles. Essa era a posição dos empregadores, mas mesmo assim elas não desistiram e continuaram trabalhando fora de casa.

Hahner (1978, p.95) salienta que, no século XIX, as mulheres eram empregadas em número crescente nas indústrias brasileiras, especialmente as têxteis, sendo que seus salários ainda estavam muito abaixo dos já pequenos vencimentos pagos aos homens.

Alguns autores lembram que a entrada da mulher no mercado profissional ocorrera recentemente e mobilizou demais grupos sociais em situação de preconceito a se defenderem, conforme registra Maerker apud Gehringer:

O grande salto feminino, da cozinha para o mercado de trabalho é recente.[...] A consciência de paridade profissional entre os sexos foi um fenômeno do século 20, assim como o foi o recrudescimento de lutas pelas igualdades sociais e raciais. Este talvez seja o século que, no futuro, será reconhecido com o primeiro momento em que grandes grupos de pessoas deixaram de lado seus receios milenares e saíram às ruas para defender seus direitos e os de suas classes. (2000, p.12)

No Brasil, as primeiras profissões exercidas pelas mulheres foram enfermeiras, secretárias e professoras, as quais se mantêm com grande participação feminina até hoje.

Durante esse processo de inserção da mulher no âmbito profissional, muitos problemas foram surgindo, tais como: o que seria trabalho de mulher e de homem, ou seja, mais uma vez o preconceito vem à tona e diferencia ambos os sexos. Werner (1992, p.88-90) destaca que, devido à força física do homem, ele era considerado melhor para o trabalho, pois possuía maior resistência.

Apesar desses fatos, percebemos que houve crescimento da inserção delas no mercado. Teixeira (2005) fala sobre esse crescimento:

Nos últimos cinquenta anos um dos fatos mais marcantes ocorridos na sociedade brasileira foi a inserção crescente das mulheres na força de trabalho. Este contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem posto de trabalho na sociedade.

Nos dias atuais as mulheres ocupam mais postos de serviço, se compararmos com os tempos passados, assumindo cargos mais elevados, porém em menor número. Probst (2005) registra o fato da seguinte forma:

No Brasil, as mulheres são 41% da força de trabalho, mas ocupam somente 24% dos cargos de gerência. [...] No geral, entretanto, as mulheres brasileiras recebem, em média, o correspondente a 71% do salário dos homens. Essa diferença é mais patente nas funções menos qualificadas. No topo, elas quase alcançam os homens. Os estudos mostram que no universo do trabalho as mulheres são ainda preferidas para as funções de rotina.

Através da narrativa percebemos que houve um pequeno crescimento nos postos de trabalho para a mulher, mas continua recebendo menos que os homens e realizando em algumas situações apenas as práticas diárias. No entanto, o Jornal Correio do Povo (POA, 2009, p.5) relata que o salário de homens e mulheres está mais equilibrado. O valor dos rendimentos femininos na Região Metropolitana de Porto Alegre atinge 85,4% dos atribuídos aos homens. O rendimento médio real por hora das mulheres apresentou crescimento de 4% em 2008. A reportagem apresenta ainda os setores que mais empregaram mulheres nos últimos tempos, sendo: serviços (47mil), comércio (14mil) e indústria (7mil).

Esse crescimento em determinados setores é devido à capacidade da mulher em negociar, vender e comunicar-se com as pessoas. Observamos que nas lojas do setor de vestuário, por exemplo, os vendedores na maioria são mulheres, pois, elas têm capacidade de convencimento e criatividade que despertam interesse das pessoas e em contrapartida acabando sendo as preferidas para tais funções.

Podemos afirmar, que realmente, nos dias atuais, a mulher tem uma aceitação maior por parte dos empregadores, que observam nela características imprescindíveis

para um bom desempenho em qualquer setor. Com isso, durante os anos, o homem acabou se dando conta de que também poderia ajudar a esposa no serviço doméstico, conforme Muraro (2002, p.190) explica:

Numa fase posterior a mulher reivindica a entrada do homem no domínio do privado. Hoje o homem começa a ajudá-la nos afazeres domésticos em alguns países, e tal como o homem primitivo, começa a ter participação no processo reprodutivo, cuidando do bebê e do cotidiano, tarefas antes consideradas só femininas.

Esta situação em que o homem passa a ajudar nos serviços domésticos, muito beneficiou a estrutura familiar, sendo cada um responsável pelo bom desenvolvimento da casa, do trabalho e dos filhos. Sem falar que a mulher atualmente investe na sua qualificação profissional, dividindo o lar, os filhos, os estudos e o trabalho, administrando ambos com eficiência e qualidade.

Por todos esses relatos, é que devemos ter em mente, o quão difícil e dolorosa foi a luta das mulheres pelo mundo todo, conforme destaca Pinto (2003, p.106), no sentido em que o feminismo foi uma das maiores organizações realizadas pelas mulheres e ainda tem uma longa história pela frente.

Elas derrubaram barreiras, foram persistentes e não se deixaram levar pelo pensamento conservadorista da sociedade. E, portanto, temos que reconhecer que as mulheres atuais sabem evidenciar seus valores, assim como a sociedade também os valoriza. Elas pensaram, foram humilhadas, privadas de muitas coisas, mas conquistaram aos poucos o seu merecido espaço, talvez ainda pequeno, mas em constante crescimento.

2. A profissão secretária

A profissão secretária é uma das mais antigas, porém, sua origem não é muito conhecida. Sabe-se que teria surgido nas civilizações remotas através dos escribas, no Século IV antes de Cristo. Segundo Azevedo e Costa (2004, p.17-18) os primeiros

registros da profissão datam aos tempos dos faraós, sendo exercida somente pelos homens, na figura dos escribas.

Os escribas eram divididos em dois grupos: no primeiro os filósofos, professores e escritores e no segundo os prisioneiros de guerra que continuaram na condição de escravos, a serviço de seus senhores, originando-se assim os secretários.

Estes secretários por possuírem habilidades valiosas naquele tempo, como saber ler, escrever, entre outras, tornaram-se assessores dos Reis. Sabino e Rocha (2004, p.4) descrevem os escribas da seguinte forma:

Eles foram trabalhadores valiosos e requisitados às primeiras ações de organização burocrática na história social. A valorização de habilidades diversas e perfeito domínio do idioma, da literatura e da história do seu país foram características exigidas a esses assessores de Reis, Imperadores, Filósofos e líderes. Tais características incorporariam, mais tarde, o perfil do profissional de Secretariado.

Através desta descrição podemos avaliar que existem muitas semelhanças entre o trabalho do escriba e o trabalho da secretária, ambos dominavam perfeitamente o idioma e eram exímios conhecedores da história de seu país. Guimarães (2001, p.15) relata mais algumas semelhanças, tais como: a classificação de arquivos, domínio da escrita e habilidade de receber uma ordem e redigi-la, além de executá-la.

Se analisarmos essas características percebemos que o escriba era uma pessoa de confiança do Rei, reafirmando através da origem, que a secretária sempre foi o “braço-direito” de seu chefe, a pessoa em que ele podia confiar e delegar as tarefas, desde as mais simples até as mais complexas. Tem-se assim, um dos primeiros relatos históricos da profissão, representado pela figura do escriba.

A origem da profissão deriva de um conjunto de informações, nas quais podemos citar também o nome secretária, hoje tão conhecido e popular, mas que antigamente significava algo privado. De acordo com Azevedo e Costa (2004, p. 18) a origem da palavra secretária vem do latim, derivando de *secretarium*, *secretum* e *secreta*, significando lugar retirado, particular e secreto, sendo que, com o passar do tempo ocorreram mudanças no significado e na grafia desses termos, surgindo assim: Secretária (o). Hoje o nome da profissão é conhecido e atribuído a vários profissionais que executam atividades secretariais, desde as mais antigas como atender telefone e recepcionar, até as atuais como gerenciar.

Conforme os mesmos autores, a função de secretária apareceu após a Revolução Industrial, nessa época exercida quase que exclusivamente pelos homens, e após as duas Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945), contando com a presença feminina. Nesse período, devido à falta de mão-de-obra masculina, houve o surgimento da mulher na área, mais precisamente na Europa e nos Estados Unidos. Com as guerras os homens deixaram seus trabalhos e as mulheres incorporaram-se na atividade, afastando-os, de certa forma, da profissão, que nesta época ainda não era reconhecida.

De acordo como Azevedo e Costa (2004, p.17) no Brasil as mulheres surgiram como secretária na década de 50. Neste período a secretária começa a atuar na estrutura empresarial brasileira, porém, executando algumas técnicas secretariais, como atendimento telefônico e recepção. Cabe destacar que os salários pagos a elas eram muito baixos, inferiores aos que eram pagos aos homens, no entanto, elas não desistiram de seguir na profissão e foram à luta.

Além do salário baixo, outro problema enfrentado pelas profissionais foi a busca pelo reconhecimento da profissão, o qual teve êxito na década de 70, conforme narram Sabino e Rocha (2004, p.8):

Um fato histórico confirma o reconhecimento da profissão como restrita às mulheres: em homenagem ao centenário de nascimento de Lílian Sholes (primeira datilógrafa), as indústrias fabricantes de máquinas de escrever organizaram em 1950 o primeiro concurso de datilógrafos (uma das inúmeras denominações que o Secretariado ganharia ao longo da sua história). Dada a presença maciça de mulheres ao concurso realizado em 30 de setembro, instaurou-se o Dia da Secretária.

Mesmo atuando por vários anos e sendo um importante instrumento na rotina empresarial, a secretária somente fora reconhecida após esse evento que reuniu centenas de mulheres participando de um concurso de datilografia, habilidade que era essencial para a secretária na época.

Guimarães (2001, p.25) revela que o Dia da Secretária foi oficializado no Brasil em 26 de outubro de 1977, a partir daí sendo comemorado anualmente no dia 30 de setembro. Por menor que seja essa conquista, ela impulsionou o crescimento e a valorização da secretária que começa a ser conhecida por suas funções e sua importância no ambiente empresarial.

Na década de 80, outro fato marcante impulsionou o reconhecimento da secretária, foi regulamentada a profissão no Brasil. Azevedo e Costa (2004, p.17) destacam a conquista da categoria, através da assinatura da Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985.

Com a nova lei foram estabelecidos requisitos para o exercício da profissão, atribuições e até mesmo a formação mínima exigida, este último que gerou muitas discussões em torno de seus critérios, conforme explica Guimarães (2001, p.25):

[...] a lei, embora definisse os critérios da função secretarial e exigisse formação técnica e aperfeiçoamento cultural para a profissional, também trouxe grandes prejuízos. Ao exigir que só poderiam ser consideradas secretárias (ou secretários) as pessoas que exercessem a profissão há cinco anos ininterruptos ou dez anos intercalados, fechou as portas a uma grande maioria, pois não previu um período de acomodação da lei. Foi assim que cerca de 90% das pessoas que exerciam a profissão se viram prejudicadas, pois não se enquadravam na nova legislação.

Esse fato prejudicou centenas de pessoas que exerciam a profissão, mas em 9 de setembro de 1996, a Consultoria do Ministério do Trabalho emitiu um parecer alterando a contagem de tempo para os profissionais não habilitados por diploma, mudando a contagem para 36 meses. (Azevedo e Costa, 2004, p.23)

Nesse sentido, a lei ainda prevê que somente será considerado secretário executivo, o profissional diplomado por curso superior de Secretariado, ou aquele portador de qualquer outro diploma de nível superior, mas que comprove o exercício efetivo da profissão por 36 meses. A lei prevê também que para ser considerado técnico em secretariado, o profissional deve ter concluído curso de secretariado em nível de 2º grau. (Guimarães, 2001, p.17)

Mesmo com a lei estabelecendo estas regras, ainda existem pessoas que trabalham na ilegalidade, dizem-se secretárias, ou até mesmo são descritas na hierarquia das empresas como tal, porém, sequer realizaram algum curso profissionalizante na área. Mas, apesar desses fatos, a lei contribuiu imensamente com a profissionalização da secretária, fazendo com que exercesse a profissão com maior responsabilidade, buscando atualização e aprimoramento de suas competências.

Além disso, a nova lei deu mais fôlego à classe, oportunidade em que surgiram os sindicatos das secretárias. No Brasil o primeiro sindicato a surgir foi o SISERGS, Sindicato das Secretárias e Secretários do Rio Grande do Sul. Sabino e Rocha (2004, p.17) descrevem o surgimento:

O primeiro sindicato de secretariado no Brasil foi o SISERGS – Sindicato de Secretárias e Secretário no RGS, que recebeu sua Carta Sindical no dia 30 de abril de 1987, com vigor a partir de 01 de maio do mesmo ano, em homenagem ao Dia do Trabalhador. Os sindicatos de secretárias foram criados em vários Estados e receberam a representação nacional da FENASSEC – Federação Nacional das Secretárias, criada em 31 de agosto de 1988, em Curitiba – Paraná. Atualmente ela é composta por vinte e quatro sindicatos.

Dessa forma os profissionais que atuavam na área uniram-se na busca de direitos e de uma profissão regulamentada e reconhecida em todo país. Foi a partir desse esforço que foi criado também o Código de Ética da profissão. Sabino e Rocha (2004, p.17) relatam que o Código de Ética Profissional de Secretariado fora publicado no Diário Oficial da União em 7 de junho de 1989, apesar de ter sido aprovado em 30 de setembro de 1983. O Código determinou os direitos e deveres do Secretariado, além das penalidades para aquele que exercer erroneamente a profissão. Entre outros, ele prevê as relações entre profissionais de secretariado, relações com a empresa e relações com as entidades que representam a categoria.

Com certeza todos esses fatos foram imprescindíveis para o surgimento e fortalecimento da profissão secretária. Hoje a profissão é reconhecida mundialmente, porém, nem todos os países têm legislação específica para a secretária. Entre as datas oficiais da profissão, como o 30 de setembro Dia da Secretária, temos também a última quarta-feira do mês de abril, quando comemoramos o Dia Internacional do Secretariado. Além disso, na religião Católica, as secretárias têm como patrono e protetor da profissão: São Jerônimo, ele que se imortalizou pelos estudos à Bíblia e foi considerado “Doutor máximo das Escrituras”. (Sabino e Rocha, 2004, p.25).

Apesar de ter surgido discretamente e conquistado seus direitos morosamente, a profissão secretária destacou-se na estrutura empresarial. Primeiramente ocupada somente por homens desenvolvendo funções básicas, hoje a profissão é exercida por

ambos, em sua maioria por mulheres, porém com funções mais elaboradas e inseridas no contexto tecnológico em que vivemos.

Considerações finais

Atualmente, a evolução da mulher no mercado de trabalho é visível, apesar de ainda serem a minoria e, por muitas vezes, ganharem menos que os homens desempenhando funções semelhantes.

As lutas, mobilizações e movimentos feministas realizados ao longo de todos esses anos contribuíram para a inserção da mulher nos mais diversos postos de trabalho. Hoje, além de realizar as tarefas domésticas e cuidar dos filhos, elas também ajudam no orçamento familiar, fato que anteriormente era obrigação apenas do homem. A mulher, de certa forma, tornou-se independente, ela trabalha, estuda, toma suas próprias decisões, tem suas responsabilidades e é capaz ainda de incorporar outras atividades que apareçam, fazendo-as com eficiência.

No Brasil, a caminhada feminina derrubou preconceitos e mudou um pouco da cultura conservadorista que era dominante na sociedade. Quanto à secretária, esta se tornou um diferencial nas organizações. Apesar de ter se originado dos escribas, que eram homens, e por certo tempo ter sido uma profissão masculina, atualmente, a função é ocupada, em sua maioria, por mulheres.

Ser secretária tornou-se uma profissão importante. Para tanto, exige-se um perfil empreendedor e uma postura inigualável. Além de dominar as habilidades e assessorar o executivo, a secretária é dotada de várias outras distinções que a fazem surgir a cada dia como uma profissional competente, eficiente e que responde à altura da profissão.

Referências

AZEVEDO, Ivanize; COSTA, Sylvia Ignacio. *Secretária: um guia prático*. 4. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

BRASIL. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Casa Civil*, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340>. Acesso em: 12 set. 2008.

CARDOSO, Irede. *Mulher e trabalho: discriminações e barreiras no mercado de trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

CARMO, Cláudia Rejane do. *A mulher no horário nobre da TV: estudo sobre representações do feminino na telenovela brasileira*. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

EVANGELISTA, Rafael. *Uma história do feminismo no Brasil*. Disponível em: <<http://www.anglombarde@bol.com.br>>. Acesso em 12 jan. 2009.

FALCÃO, Juliana. *Elas realmente não fogem à luta*. Disponível em: <http://carreiras.empregos.com.br/carreira/administracao/comportamento/090301-historico_mulher.shtm>. Acesso em: 30 set. 2008.

GUIMARÃES, Márcio Eustáquio. *O livro azul da secretária moderna*. 19. ed. São Paulo: Érica, 2001.

HAHNER, June E. *A Mulher no Brasil*. Traduzido por: Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MAERKER, Stefi. *Mulheres de sucesso: os segredos das mulheres que fizeram história*. São Paulo: Infinito, 2000.

MACEDO, José Rivair. *A Mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1990.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. 8.ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2002.

PAIXÃO, Darcy. *A Prenda Tradicionalista*. 2. ed. Santa Maria: Palotti, 1995.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história sobre o feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PROBST, Elisiana Renata. *A evolução do trabalho da mulher no mercado de trabalho*.

Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 04 abril 2009.

SABINO, Rosimeri Ferraz; ROCHA, Fabio Gomes. *Secretariado: do escriba ao webwriter*. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

SALÁRIO DE HOMENS E MULHERES ESTÁ MAIS EQUILIBRADO, Correio do Povo, Porto Alegre: Ano 114, nº156 05 de março de 2009.

TEIXEIRA, Zuleide Araújo. *As mulheres e o mercado de trabalho*. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_daba.html>. Acesso em: 30 set. 2008.

TOLEDO, Regina Antônia G. de et al. *A dominação da mulher: os papéis sexuais na educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

WERNER, Dennis. *Uma introdução às Culturas Humanas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.